

Por determinação de Sua Excelência  
o Presidente da A. R.ª ASSEMBLEIA  
00.08.29



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Requerimento Nº 1876/VIII/1ª (AC)

Assembleia da República, 23 de Agosto de 2000

**Assunto: Portaria 523/2000 do Ministério da Agricultura**

**Apresentado por: Deputado Dinis Costa**

**REQUERIMENTO**

O jornal "Público" do passado dia 19 de Agosto faz referência ao facto de uma Portaria exarada pelos serviços do Ministério da Agricultura tendente à regularização de vinhas em situação ilegal, ter provocado na Região Demarcada do Douro um enorme onda de contestação.


Com efeito, a Portaria 523/2000 que permitia regularizar a situação de centenas de hectares de outros tantos viticultores daquela Região, só vigorou por um dia.

Dado o insólito da situação, permito-me, ao abrigo das disposições Constitucionais e Regimentais aplicáveis, requerer ao Ministério da Agricultura os seguintes esclarecimentos:

Assunto	
Nº do Requerimento	4689
Data	28 8 2000

- a) A que se fica a dever a publicação de um diploma nestas condições?
- b) Porque razão algumas empresas e Produtores tiveram conhecimento do diploma e imediatamente accionaram os mecanismos tendentes à regularização das suas vinhas, enquanto a generalidade dos Viticultores daquela importante Região Demarcada permanecia na ignorância?
- c) Que medidas foram ou serão tomadas, para generalizar e universalizar a legalização de vinhas em situação irregular?
- d) Que medidas estão previstas para que situações de aparente privilégio no acesso a informação de interesse público se não voltem a verificar?
- e) Que grau de articulação entre serviços e entre estes e os viticultores, entende o Ministério accionar de forma a evitar a repetição de situações análogas?

O DEPUTADO

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. Costa', written over a horizontal line.